

Princípios éticos e comportamento moral do professor competente

Resumo

Este artigo trata de princípios éticos a serem seguidos e de comportamento moral exigido do professor no exercício competente do magistério. Inicialmente, questiona-se o porquê da não existência de um componente curricular sobre a ética nos cursos de formação de profissionais da educação e, mesmo, de um código para o exercício da profissão, pois, no magistério, a ética e a moral são assuntos que devem ser tratados com muita seriedade. O tema é trabalhado a partir de conceitos de ética e, também, de moral, mas do ponto de vista racional e não-confessional, para verificar sua aplicação aos professores. A competência do professor é tratada não apenas como um dever de ofício, mas como uma exigência ética e moral na sua

atuação. São analisados frases e preconceitos antiéticos, antipedagógicos e até imorais não muito adequados para o professor no exercício de qualquer cargo ou função nas escolas, assim como

princípios para um trabalho docente de qualidade.

Clóvis Roberto dos Santos
Doutor em Educação,
Coordenador do Programa de
Mestrado UNIMONTE, Sntos,
SP
profclovis@uol.com.br

Palavras-chave: Ética. Moral. Código de ética.

Comportamento. Profissional da educação.

Ethical principles and moral behavior of the competent teacher

Abstract

This article discusses the ethical principles and the moral standards required from teachers for the competent practice of the teaching profession. Initially, the reason why an ethical component is missing in the

education of teaching professionals is called into question. Ethics and morals are subjects that should be treated with utmost seriousness. The theme is developed from the starting point of ethics and moral concepts, but from a rational rather than from a confessional point of view, to verify their applicability to the teaching profession. The competence of the teacher is not dealt with as a mere requisite of the job, but as an ethical and moral requirement in his or her line of work. An analysis is made of sentences and anti-ethical, anti-pedagogical and even immoral preconceived ideas, which are not very appropriate for a teacher occupying any position in a school, as well as an analysis of the principles behind good-quality teaching.

Keywords: Ethics. Moral. Ethics code. Behavior. Education professional.

Princípios éticos y comportamiento moral del profesor competente

Resumen

Este artículo trata de principios éticos a seguir y de comportamiento moral exigido del profesor en el ejercicio competente del magisterio. Inicialmente, se cuestiona el por qué de la no existencia

de un componente curricular sobre ética en los cursos de formación de profesionales de la educación e, incluso, de un código para el ejercicio de la profesión, pues, en el magisterio, la ética y la moral son asuntos que deben ser tratados con mucha seriedad. El tema es trabajado a partir de conceptos de ética y, también, de moral, pero del punto de vista racional y no confesional, para verificar su aplicación a los profesores. La competencia del profesor es tratada no apenas como un deber de oficio, sino también como una exigencia ética y moral en su actuación. Son analizadas frases y prejuicios antiéticos, antipedagógicos e inmorales no muy adecuados para el profesor en el ejercicio de cualquier cargo o función en las escuelas, así como principios para un trabajo docente de calidad.

Palabras clave: Ética. Moral. Código de ética. Comportamiento. Profesional de la educación.

Introdução

Sempre pensamos, nestes mais de 50 anos de magistério, no trinômio: ética, moral e competência do professor. Perguntas que sempre nos perseguem: por que na maioria dos cursos superiores de ciências humanas e biológicas, como Direito, Medicina, Psicologia, há um componente curricular específico tratando da ética

profissional? Por que há códigos de ética a serem cumpridos para o exercício de muitas profissões? Por que não tratar os cursos de formação de professores e o exercício do magistério da mesma forma? Aachamos que os profissionais da educação têm tanta ou maior obrigação de seguirem princípios éticos e terem comportamento moral, não só no trabalho, como também na vida pessoal: o professor, acima de tudo, precisa ser um educador e como tal, um exemplo para seus alunos e para as comunidades escolar e geral.

Assim, ao nos preocuparmos com a conceituação dos termos, encontramos uma classificação das três categorias de ética mais comumente citadas nas várias obras de filosofia: a *aristotélica*, na qual as virtudes são o aporte mais significativo; a *kantiana*, que coloca o dever como o valor mais alto; a *pragmática*, em que o utilitarismo prevalece sobre os demais valores.

Os profissionais da educação mereceram um enfoque especial, onde tratamos dos aspectos legais, da conceituação, das competências e de suas atribuições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), LDB, nos regimentos escolares e em outros documentos legais. Coletamos, registramos e comentamos algumas frases e tantos outros preconceitos comuns que não devem ser adequados a nenhum profissional, muito menos, aos da educação.

A seguir, para efeito de discussão, são apresentados dez princípios da ética no trabalho de magistério para, finalmente, falarmos um pouco sobre o professor competente e concluir com algumas considerações para discussão e reflexão na elaboração de um código de ética de uma escola.

1 - Ética moral: conceitos e categorias

Duas coisas me enchem a alma
de admiração: acima de mim,
o céu estrelado e, dentro de
mim, a lei moral.

Kant

Conceitos:

A primeira grande dificuldade enfrentada foi a de encontrar fontes para nos informar o conceito de Ética e de Moral. Cada autor consultado enfoca o tema conforme suas crenças, sua ideologia, seus valores e, acima de tudo, sua convicção religiosa, isto é, ser ético para cumprir um preceito ou um dogma, uma obrigação para ser feliz na vida, quase sempre, em outras dimensões que não a terrena ou, para não cometer um pecado ou coisa assim. Quase todas as religiões têm a preocupação de que as pessoas devem ser boas, honestas, virtuosas, seguir princípios éticos e ter um comportamento moral nesta vida para ter a recompensa eterna no céu ou

assemelhado. Não quisemos entrar neste terreno, pois confessamos o nosso pouco saber sobre o assunto e mesmo porque ainda não chegamos a ponto de ter convicções e crenças tão seguras que nos conduzam para o lado místico ou religioso desta vida aqui na Terra ou em outras dimensões. Pelas mesmas razões dispensamos o esoterismo. Então, procuramos filósofos, pensadores, escritores e pesquisadores que escreveram sobre o tema do ponto de vista racional. Mesmo assim não foi tarefa das mais fáceis, pois mesmo aqueles que se declaram neutros carregam, como sabemos, um alto grau ideológico e preconceituoso.

Ao consultar dicionários e enciclopédias verificamos que eles sempre enfocam os mesmos aspectos: a conduta ou o comportamento humano, a moral, os valores, as ações humanas, quase todos abordando, também, as várias formas de maniqueísmo: bem e mal, bom e mau, certo e errado, justo e injusto, verdade e mentira, céu e inferno, direito e torto e tantas outras. A preocupação deste estudo é mais no sentido de apresentar um conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral da pessoa em um grupo profissional, no caso, o magistério, para reflexão dos corpos docente e discente, de outros funcionários técnicos e administrativos e, também, dos responsáveis pelas instituições de educação escolar na elaboração de um Código de Ética amplo e bem abrangente para vigorar na instituição.

Verificamos que não se pode escapar das fortes ligações entre ética e moral, pois, praticamente, são as duas faces da mesma moeda: o comportamento humano, individual ou socialmente falando, deve ser norteado por princípios discutidos eticamente e por normas morais, algumas destas transformadas em jurídicas, para que haja a disciplina exigida de todos nas relações humanas em sociedade.

Corroborando essas afirmações encontramos amparo no ex-mestre da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de São Paulo, Prof. Dr. Gofredo da Silva Telles Jr. (1953, p. 87), que costumava em aulas, escritos e palestras, expressar a definição

[...] de que as normas da ação humana, por serem éticas, isto é, por serem normas da ordem ética, da ordem dos valores, da ordem da cultura, as normas éticas são chamadas, comumente, normas morais. Tomo aqui a palavra Moral numa ampla concepção, abrangendo todas as normas da ação humana, das quais as normas de Direito constituem uma espécie[...].

Assim, não podemos falar em ética sem abordarmos a moral que, com pequenas variações, tem sido definida como um conjunto sistemático das normas que orientam o homem para a realização de seu fim. No entanto, este fim não se confunde com um simples

objetivo: determinado alvo que o homem se propõe a conquistar pelos seus esforços, ou por toda sua vida, como por exemplo, o conforto, o prazer, as honras, o poder político, etc., mas é uma destinação imanente a cada ser, mesmo independentemente de sua vontade; logo, este fim é a razão de ser de uma existência e o seu sentido mais profundo.

Acerca do assunto, Codina (1999, p. 8, grifo do autor) faz o seguinte comentário:

Aristóteles afirma na *Ética de Nicômaco* que o sumo bem, como fim, somente pode ser atingido por uma atividade virtuosa da alma, atividade que deve necessariamente propiciar o bem agir, o que nos conduz ao viver. A atividade virtuosa tem duas vertentes: a intelectual, que se adquire pelo ensino e a moral, que se obtém pelo hábito.

Assim, virtudes como a justiça, a coragem, a temperança, a prudência, etc. devem ser cultivadas no exercício da vivência ética. O exercício dessas virtudes configura um quadro extremamente complexo na medida em que os seres humanos são movidos por paixões que ofuscam ou impedem a deliberação moral.

Algumas reflexões, inspiradas no trecho acima, podem nos ajudar a entender melhor as afirmações de Aristóteles: o homem só encontra a felicidade praticando aquelas virtudes

e usando sempre a razão; e, também, que a justiça e a injustiça surgem a partir da prática de nossas relações sociais com as pessoas.

A *Ética*, como ciência que estuda a finalidade de boa conduta dos seres humanos, deve analisar os meios a serem empregados para que a referida conduta se reverta sempre em favor da pessoa. Neste aspecto, a pessoa torna-se o centro da observação em consonância com o meio que a envolve. A *Ética* cuida das formas ideais da ação humana na busca da essência do ser, procurando conexões entre o material e o espiritual e os modelos de conduta convenientes, como objetivos permanentes dos seres humanos.

Quanto à *Moral*, encontramos alguns escritos como Chauí (1999, p. 339) que, ao estabelecer a diferença entre *Ética* e *Moral*, faz uma interessante e oportuna observação:

Toda cultura e cada sociedade instituem uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido, e à conduta correta, válidos para todos os seus membros. Culturas e sociedades fortemente hierarquizadas e com diferentes castas ou de classes muito profundas podem até mesmo possuir várias morais, cada uma delas referida aos valores de uma casta ou de uma classe social.

No entanto, a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética, entendida como filosofia moral, isto é,

uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais. A ética é uma reflexão antropológica que conduz necessariamente a uma indagação sobre o sentido do homem, enquanto que a moral, uma reflexão comportamental, explicita as normas que devem pautar a ação humana para realizar o sentido do homem revelado pela ética na sua dimensão antropológica.

Ávila (2001, p. 45), um pouco mais poético, religioso e kantiano, faz a seguinte observação:

A Ética, parte da filosofia que estuda os deveres do homem para com Deus e a sociedade, vem de *ethos*, termo grego que significa o conjunto de condutas morais pelas quais o grupo humano, mesmo antes de qualquer prescrição codificada, busca padrões de viver e conviver que lhes garantam sua preservação e desenvolvimento, de maneira a atingir o nível possível de felicidade, numa vivência sensata. Ética é a reflexão racional sobre o *ethos*, e distingue da moral que é uma ciência normativa.

Rios (2002, p. 21) comenta os conceitos de Ética e Moral:

No cotidiano, vemos que os conceitos de ética e de moral se confundem ou se identificam. Não

sem razão. Se recorrermos à origem etimológica das palavras, vamos encontrar os vocábulos *ethos* (grego) e *mores* (latino), que significam, ambos, costume, jeito de ser.

Costume nos remete à criação cultural. Não há costume na natureza. O costume resulta no estabelecimento de um valor para a ação humana, que é criado, conferido pelos próprios homens, na sua relação uns com os outros.

Mais adiante, a autora¹ estabelece, também, como fez Chauí (1999), a diferença entre ética e moral: “A ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do homem.”

A seguir, a autora² conclui:

A moral, numa determinada sociedade, indica o comportamento que deve ser considerado bom ou mau. A ética procura o fundamento do valor que norteia o comportamento, partindo da historicidade presente nos valores.

É conhecida a afirmação de que nenhum homem basta a si mesmo, isto é, ele vive em sociedade e precisa ter contatos com seus semelhantes para

¹ RIOS, T. *Ética e competência*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 23.

² Id., *Ibid.*, p. 24.

poder atingir seus fins naturais. Essas inter-relações provocam o surgimento das normas sociais para regular essa convivência: as morais e as jurídicas. Enquanto as primeiras são só impositivas, as últimas são impositivo-atributivas e que, no dizer de Telles Jr. (1953, p. 113), significam:

A norma moral é impositiva, enquanto que a norma de Direito é impositivo-atributiva. Todas as normas impõem dever; logo são impositivas. Todas são impositivas, mas normas necessárias, aquelas essenciais à ordem social, além de imporem um dever, atribuem a quem for lesado pela violação da norma, a faculdade de exigir o cumprimento dela.

Há que se estabelecer a diferença entre normas morais e normas jurídicas: a coação moral é interna e advém da consciência. No Direito, a coação é externa e procede do Estado. Assim, a moral é anterior ao Direito, já que as sociedades, mesmo antes de formação do Estado, sempre sentiram necessidade de normas que regulassem a vida em grupo.

Ética, ou filosofia moral, seria uma reflexão sistemática sobre o comportamento moral. Ela investiga, analisa e explica a moral de uma determinada sociedade, enquanto que a Moral seria um conjunto de normas, prescrições e valores que regulamentam

o comportamento das pessoas na sociedade.

Logo, nossa preocupação é o estudo de princípios éticos para estabelecer normas que somente são impositivas, as denominadas morais.

Categorias

Se vivemos num mundo em que a técnica avança, na medida inversa do respeito, da sabedoria e da justiça, há pouca esperança para qualquer profissional de um trabalho de boa qualidade.

Terezinha Rios

Uma das mais simples e conhecidas divisões de escolas, teorias ou correntes da Ética, que se coaduna com os objetivos deste texto, é a que a classifica em três categorias:

A primeira, derivada da Ética de Aristóteles (Séc. V. a. C.), privilegia as virtudes – justiça, temperança, calma (ou prudência) e coragem (ou força) – que provocam um sentimento de realização pessoal aos que as praticam e, simultaneamente, melhoram a sociedade onde vivem. Esta ética é também qualificada como naturalista, em virtude de valorizar a harmonia entre a moralidade e a natureza humana. Estas virtudes

devem provocar na pessoa o desejo de agir bem, respeitar a si próprio e aos outros na convivência humana. A pessoa deve se conformar com o que é considerado correto e desejável. Na visão aristotélica, a disposição de ter um comportamento adequado, por meio da vontade e do hábito, caracteriza-se em buscar o equilíbrio e a justa medida na experiência dos afetos, em oposição às paixões extremas e descontroladas. Estas disposições, que devem ser constantes no espírito humano, conduzem a pessoa à prática do bem por meio de um esforço de vontade.

Outra categoria, liderada por Kant (1996), tem como ponto central o dever, a conhecida Deontologia, ou tratado dos deveres, que pode ser entendida como o estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral, ou conjunto de deveres profissionais contidos num código específico. A Deontologia, originalmente, tinha uma conotação um pouco diferente: uma teoria moral criada por Jeremy Bentham (filósofo e jurisconsulto inglês: 1748 - 1832) que, rejeitando a importância de qualquer apelo ao dever e à consciência, se justifica na tendência humana de perseguir o prazer e fugir da dor, isto é, uma forma hedonista de viver. Este seria, para Bentham, o fundamento da ação humana eticamente correta.

As idéias de Kant sobre a moralidade estão muito ligadas à sua

visão de livre-arbítrio que em filosofia e conforme o Dicionário Aurélio (1979, p. 847)

[...] é a possibilidade de exercer um poder sem outro motivo que não a existência mesma desse poder. Refere-se o livre-arbítrio, principalmente, às ações e à vontade humanas e pretende significar que o homem é dotado de poder de, em determinadas circunstâncias, agir sem motivo ou finalidades diferentes da própria ação.

Ou, conforme o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p. 1774): “na possibilidade de decidir, escolher em função da própria vontade, isenta de qualquer condicionamento, motivo ou causa dominante”.

Os ensinamentos de Kant (1996) nos indicam que o primeiro passo será resgatar o princípio moral como o formulado por ele: “Age de tal maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente, como um fim e nunca simplesmente como meio”.

Este princípio deve ser trabalhado na escola, nas relações professor/aluno, professor/professor, professor/administração, professor/comunidade, etc. como um paradigma criador de um clima que provoque, favoreça e facilite a aprendizagem significativa e uma saudável convivência entre todos.

Utilitarismo vem a ser a terceira corrente da Ética, cujo objetivo geral é o de proporcionar o máximo de felicidade ao maior número de pessoas, isto é, a validade de uma doutrina se determina pelo bom êxito prático de sua aplicação. Esta idéia utilitarista deu origem ao Pragmatismo, doutrina de Charles Sanders Peirce, filósofo dos Estados Unidos (1839-1914), que exerceu influência marcante tanto na vida quanto na pedagogia norte-americana através dos escritos de William James e John Dewey, conhecidos no Brasil por intermédio, especialmente, de Anísio Teixeira. Para o utilitarismo, a verdade de uma proposição consiste no fato de que ela seja útil, tendo alguma espécie de êxito ou satisfação. Esta teoria enfatiza a aplicação das idéias e conseqüências práticas, isto é, que a validade de uma doutrina se determina pelo seu bom êxito prático, isto é, a verdade de uma proposição é uma relação totalmente interior à experiência humana e o conhecimento é um instrumento a serviço da ação. Neste caso o pensamento tem um caráter puramente finalístico: a verdade de uma proposição consiste no fato de que ela seja útil, tendo alguma espécie de êxito ou satisfação.

2 - Os profissionais da educação

Mestre não quem sempre ensina,
mas quem de repente aprende.

Guimarães Rosa

Profissional é aquela pessoa que exerce, por profissão, determinada atividade, no caso, na educação escolar

como docente, técnico ou gestor, supervisor, orientador educacional, coordenador pedagógico, etc. A nova LDB, Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, dedica todo o Título VI aos Profissionais da educação, classificando-os em Docentes (para ministrar aulas) e Não-docentes (para as atividades de administração, planejamento, inspeção, supervisão escolar e orientação educacional), conforme artigos 62 e 64, respectivamente. Estes dispositivos legais mudam o enfoque dado pelas leis anteriores, especialmente a n.º 5540, de 28 de novembro de 1968 (reforma do ensino superior) e a 5692, de 11 de agosto de 1971 (reforma do ensino de 1.º e 2.º graus), que denominavam aqueles profissionais de professores (para ministrar aulas) e de especialistas da educação (para os trabalhos de planejamento, administração, supervisão, inspeção escolar e orientação educacional).

O artigo 2º. da Resolução CNE, n.º 03, de 08/10/1997 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1997), que fixa diretrizes para os novos planos de carreira e de remuneração para o magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, determina:

Integram a carreira do Magistério dos Sistemas de Ensino Público os profissionais que exercem atividades de

docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

O Governo do Estado de São Paulo, ao instituir o Plano de Carreira do Magistério Estadual pela Lei Complementar n.º 836/97, criou a “Classe de Suporte Pedagógico”, em substituição à antiga “Classe de Especialista da Educação”, constante nas leis anteriores, com os seguintes cargos: Diretor de Escola, Supervisor de Ensino e Dirigente Regional de Ensino. Para o provimento destes cargos foram estabelecidos os seguintes requisitos:

Diretor de Escola: licenciatura plena em Pedagogia ou pós-graduação na área de educação e oito anos, no mínimo, de efetivo exercício no magistério;

Supervisor de Ensino: licenciatura plena em Pedagogia ou pós-graduação na área de educação e oito anos, no mínimo, de efetivo exercício no magistério, dos quais dois anos em cargo ou função de suporte pedagógico;

Dirigente Regional de Ensino: curso superior, licenciatura de graduação plena ou pós-graduação na área de educação e oito anos, no mínimo, de efetivo exercício no magistério, dos quais dois anos em cargo ou função de suporte pedagógico.

A “Classe de Docentes” do Quadro do Magistério do Estado de São Paulo é constituída pelos seguintes cargos e requisitos para o seu provimento:

a) Professor de Educação Básica I (PEB-I): curso superior, licenciatura de graduação plena, ou curso normal em nível médio ou superior;

b) Professor de Educação Básica II (PEB II): Curso superior, licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em área própria ou formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente.

Para o nosso objetivo, a segunda categoria de Ética, a de Kant, é a mais aplicável aos professores porque lidam com seres humanos e, também, porque suas atividades profissionais devem ser orientadas por princípios éticos e por envolver a questão do dever do profissional da educação, especialmente quanto ao seu comportamento e à moralidade de suas atividades como um pressuposto da validade de todo o ato docente e de gestão. Está aqui uma questão

diretamente relacionada à moralidade pública, no sentido de que o professor, trabalhando com a educação (serviço público obrigatório) e lidando com pessoas, tem o dever de ter comportamentos adequados às suas responsabilidades como educador.

Meirelles (1999, p. 83) nos ensina que

[...] o dever de conduta ética decorre do princípio constitucional da moralidade administrativa que impõe ao servidor público a obrigação de jamais desfazer o elemento ético de sua conduta. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil Federal (Dec. 1171, de 22/06/1994) “a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público”. O dever de honestidade está também incluído na conduta ética.

Ainda de acordo com Meirelles³:

[...] a noção de moralidade pública implica a necessidade de que os atos externos e públicos dos cidadãos (e também do educador) sejam conformes com as exigências da moral e dos bons costumes [...] e, ainda, é preciso que o professor [...] como ser humano que é, dotado de

capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto, e não desprezar o elemento ético de sua conduta [...]

As decisões dos profissionais da educação não deverão estar situadas somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e desonesto, conforme ainda Meirelles⁴ ao afirmar que qualquer ato ou atividade

[...] não terá de obedecer somente à lei jurídica, mas também à lei ética da própria instituição, porque nem tudo que é legal é honesto, no dizer dos romanos: “*nom omne quod licet honestum est*”.

Assim, o bom profissional da educação é aquele que, usando sua competência (autoridade) legal, se determina não só pelos preceitos vigentes, mas também pelos princípios morais e éticos para poder escolher bem suas decisões, seu comportamento e seu próprio caminho. Esta possibilidade de escolha, desde que para o bem comum, é uma das liberdades mais sagradas que permitem ao homem tornar-se grande. A propósito, uma linda frase do líder negro norte-americano Martin Luther King, sem registro de fonte:

³ MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 83.

⁴ Id., *Ibid.*, p. 83.

Todo mundo pode ser grande [...] porque todo mundo pode servir. Não é preciso um diploma de faculdade para servir. Não é preciso concordar sujeito e verbo para servir. Basta um coração cheio de graça. Uma alma gerada pelo amor.

O comportamento ético do professor deve ser exigido em todos os momentos de seu magistério e, mais ainda, no seu relacionamento cotidiano com seus alunos em sala de aula e com colegas, funcionários, gestores, técnicos e, especialmente, com a família e a comunidade. Valores como honestidade, transparência, justiça, liberdade, respeito e responsabilidade nas relações do trabalho docente podem e devem ser vivenciados, estimulados e discutidos no diálogo constante, na explicitação clara de causas e critérios.

Artigo 13 da LDB (BRASIL, 1996) trata, de uma forma bem genérica, de algumas atribuições aos docentes:

Artigo 13 - Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

As determinações acima expressas na LDB devem provocar alterações importantes nos cursos de formação de professores, porque, conforme Parecer CNE/CP n.º 009/2001:

[...] posicionando o professor como aquele a quem incumbe zelar pela aprendizagem do aluno, - inclusive daqueles com ritmos diferentes de aprendizagem - tomando como referência, na definição de suas responsabilidades profissionais, o direito de aprender do aluno, o que reforça a responsabilidade do professor com o sucesso na aprendizagem do aluno;

associando o exercício da autonomia do professor, na execução de um plano de trabalho próprio, ao trabalho coletivo de elaboração da proposta pedagógica da escola;

ampliando a responsabilidade do professor para além da sala de aula, colaborando na articulação entre a escola e a comunidade.

Entenda-se por formação profissional a preparação voltada para o atendimento das demandas de um exercício profissional específico que não seja uma formação genérica e não apenas acadêmica, conforme entendimento do Conselho Nacional de Educação, mas também continuada e em serviço.

A escolha de uma profissão implica o dever do conhecimento e este, por sua vez, o dever da execução adequada de suas tarefas. A profissão não deve ser um meio de, somente, ganhar a vida, mas de ganhar pela vida o que ela proporciona, representando um propósito de fé. Seus deveres, nesta acepção, não são imposições, mas vontades espontâneas. Isto exige, portanto, que a seleção da profissão passe, necessariamente, pela vocação; pelo amor do que se faz como condição essencial de uma opção. Não deve ser profissional da educação apenas quem quer, por necessidade ou para ter um “emprego bico” para sobreviver durante algum tempo enquanto não se firma em outra atividade, mas quem tem boa formação, vocação para um trabalho que exige muita competência, paciência e dedicação maiores que em outros.

O exercício de qualquer profissão demanda a aquisição de pleno conhecimento, do domínio sobre a tarefa e a forma de executá-la, além de atualização e aperfeiçoamento constantes. Buscar a perfeição na execução de uma tarefa é um dever do profissional que depende do conhecimento e da aplicação plena do mesmo. Desconhecer, todavia, como realizar a tarefa ou apenas saber fazê-la parcialmente, em face da totalidade do exigível para a eficácia, é conduta que fere os preceitos da ética e da moral.

3 - Frases que denotam preconceitos do professor no exercício do magistério

Não há progresso sem mudança.
E quem não consegue mudar a si mesmo, acaba não mudando coisa alguma.

Bernard Shaw

O que vem a seguir não se constitui, evidentemente, resultado de pesquisa científica, mas faz parte do cotidiano de nossas escolas. São frases ditas por profissionais da educação em reuniões técnico-pedagógicas, nas salas de professores, salas de aula, como desabafo, ironia e, muitas vezes, humoristicamente. O senso comum as assume como verdadeiras e, uma vez, apropriadas pelo bom senso, chega-

se até à crença de que é fruto de algum trabalho científico. Vale o registro para despreconceituar e, também, como um alerta de que seu uso é inadequado para o exercício sério da profissão, pois, é absolutamente antipedagógico, anti-social, pré-conceituoso, antiético e até imoral. Os comentários podem ajudar o professor que pensa assim a fazer uma reflexão sobre sua prática pedagógica ou, se não seria melhor, para o bem da educação, mudar de profissão:

“Esta classe é um problema” - na verdade o problema deve ser outro e não os alunos; talvez, até o próprio professor. O mais comum é professor-problema e não classe-problema;

“Este aluno não aprende” - ou o professor é que não sabe ensinar, por falta de vocação, competência, conhecimentos ou didática ou, tudo isso;

“Estes alunos são um bando de mal-educados que não querem nada com a vida” - é uma generalização muito perigosa, preconceituosa e injusta;

“Os alunos sempre têm uma desculpa e inventam problema: dor de barriga, dor de cabeça” - quando a aula é desinteressante isto ocorre mesmo. Melhor um pouco de motivação, um bom plano de aula e o professor se atualizar um pouco;

“Esta classe é a mais indisciplinada da escola” - outra generalização perigosa. A indisciplinada pode ser fruto de

aula desinteressante, mal planejada ou mal dada. Lembre-se da frase atribuída a Santo Agostinho: “Mente desocupada é oficina do diabo”;

“Meus alunos da classe X não têm qualquer informação útil” - ter, sempre eles têm, o que precisa é incentivá-los a pesquisar em boas fontes. Lembre-se que “o bom professor é aquele que ensina o caminho da biblioteca” ou, “que o novo nome de ensino é pesquisa”, são frases que já constituem chavões da didática moderna;

“Se não ficar quieto agora, mando você para fora da classe” - o autoritarismo já está fora de moda há muito tempo. A docência democrática é muito mais eficaz, mas requer um trabalho competente do professor. Lembre-se que o “cala boca” já morreu há anos em Pedagogia;

“Ou vocês entregam quem aprontou essa, ou fica todo mundo com zero” - alcagüete, “dedo duro”, que é isso professor! Que valores são esses que quer passar para sua classe. Assista ao filme com Al Pacino: “Perfume de Mulher”; atualize-se;

“Se não falarem quem fez isso, amanhã suspensão para a classe inteira” - de novo o autoritarismo ou será que não pode pensar em algo mais pedagogicamente correto, ético, moral e honesto;

“Quem não trouxe o livro X amanhã, não assiste à aula” - e se o aluno não puder trazer porque não tem ou por uma outra razão justificável, como é que fica; cuidado com as promessas difíceis de serem cumpridas;

“Veja o exemplo da Fulana, ela, sim, é uma boa aluna” - modelos, padrões, parâmetros, paradigmas. Será que há um modelo de perfeição humana a ser alcançada? Pense nisso, professor; respeite as diferenças individuais;

“Eu sei que minha matéria é chata, mas vocês vão ter que engolir” - E não é que o efeito “zagalo” fez escola e está influenciando até a Pedagogia! Qualquer disciplina pode ser interessante desde que haja competência por parte do professor;

“Você dá risada do quê? Está me achando com cara de palhaço? Pensa que eu não sei a matéria?”

- Sem comentários: o próprio professor já se definiu que, além de palhaço, desconhece o conteúdo de sua disciplina;

“Não aceito trabalho feito em computador. Sei que vocês colam uns dos outros, então que tenham o trabalho de apresentar versões aparentemente diferentes” - Santo Deus. na era da informática e ainda há professor que pensa

assim; a Internet é uma excelente fonte de pesquisa, mas é apenas um instrumento de trabalho do pesquisador e há muito material sem critérios, pois qualquer um pode publicar o que quiser;

“Antigamente as coisas funcionavam; agora, com esses modismos pedagógicos, o aluno tem direito a isso e aquilo. Na minha época, não podiam abrir a boca” - o saudosismo, nesses casos é demolidor. Cada época tem suas características e a elas a escola tem de se adaptar, pois sendo uma instituição social está inserida num contexto maior que é a sociedade, com suas peculiaridades, características, vícios e virtudes;

“É impossível trabalhar com uma classe com essa quantidade de alunos” - há, na didática moderna, muita sugestão de como trabalhar usando dinâmicas de grupo que têm provado sua eficácia no processo ensino/aprendizagem. É claro que pode não ser o ideal, mas dá para superar;

“A disciplina mais importante é Português e Matemática; se o aluno souber isso, o resto se dá um jeito” - que falta de visão. Há tantas profissões, especialmente no mundo moderno, que não dependem totalmente dessas duas disciplinas, apesar de elas serem

muito importantes. Por que desvalorizar as demais?

“Todo aluno detesta estudar” - outro preconceito e generalização absurda. A maioria dos alunos gosta de estudar; a tarefa do professor é despertar neles o gosto pelo estudo e o interesse em aprender. Está aí a grande responsabilidade do professor-educador e não o professor “*dador de aulas*” (com licença do neologismo);

“Quanto mais difícil for a prova, mais os alunos dão valor ao estudo” - outra bobagem de professor incompetente. O processo de avaliação da aprendizagem é muito mais amplo e complexo do que uma prova. De acordo com a LDB a avaliação deve ser contínua, cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

“Eu sei que agora vocês me odeiam, mas depois vão se lembrar de mim com saudades” - este tipo de sentimento não deve nem ser imaginado na escola. É fundamental que o professor goste de seus alunos e estes do professor, caso contrário a educação escolar não se realiza a contento. Lembre-se da frase que já é comum: “A educação é obra de amor”, como dizia sempre Paulo Freire em suas aulas na PUC e em seus escritos da década de 1980;

“Professor não pode ser amigo do aluno, pois acaba perdendo o respeito” - outro preconceito mais absurdo. Já está mais do que provado: os alunos aprendem mais e melhor quando o professor é, antes e acima e de tudo, um amigo. Mas não confunda professor amigo com professor “bonzinho” ou “tiozinho” que permite tudo, nada ensina e não estabelece limites. Seja popular com seus alunos e nunca vulgar;

“Não dê muita atenção ao que os alunos dizem; eles mudam muito de opinião” - não é bem assim, há muitas coisas interessantes ditas pelos alunos. Filtre as opiniões emitidas por eles e as aproveite para trabalhar com elas durante as aulas;

“Se logo no primeiro dia não ficar claro aos alunos que quem manda é o professor, depois não há mais jeito” - essa é uma das maiores bobagens ditas comumente nas escolas. A autoridade não se impõe, conquista-se, pois o professor deve ser o líder de sua classe;

“Olha Fulano e Sicrano, sempre com cara de sono e olhos vermelhos. Isso é droga, eu não me engano” - isso é muito grave, como pode um professor fazer uma acusação desta natureza. Alguém, que não os alunos, está precisando se

“desintoxicar”,
(pedagogicamente falando);
“Escola boa é nas férias, quando
não tem aluno para nos aborrecer”
- uma escola que tem uma maioria
de professores pensando assim é
melhor ficar sem alunos mesmo,
não só nas férias...

Outras muitas existem e aqui deixamos
registradas, sem comentários, pois
acreditamos desnecessário, pelo óbvio:

Quem sabe mais aqui sou eu!
Esse material (livro didático,
apostila) é uma porcaria;
Aluno é tudo igual;
Isso é roupa para vir à escola?
Vocês não aprendem porque não
têm interesse;
Essa sala parece um chiqueiro de
tão suja;
Além de ganhar uma miséria, tenho
que tolerar aluno mal educado;
Não é porque na sua família
ninguém presta que você tem que
ser igual.

E por aí afora [...]

4 - Princípios éticos e comportamento moral do professor competente

Há um texto de Paulo Jacobsen
(apud SANTOS, 2002, p. 11), que nos
ensina uma grande lição e ilustra bem
o que pretendemos apresentar e
analisar nesta parte:

Aconteceu há algum tempo,
provavelmente num país
mediterrâneo [...] Pois não é que
os pais se reuniram para tratar do
futuro casamento de seus filhos!
A conversa vai indo vem até, após
alguns canecos de vinho, o pai do
noivo dispara, incisivo:

- Mas afinal, a noiva é realmente
virgem, não?

Ao que o pai da noiva responde:

- Bem [...] digamos que ela é mais
ou menos - 90 a 95 % virgem, tá?
Adivinhem o que aconteceu com
o casamento [...].

É que nessa área, como em tantas
outras de caráter estritamente
pessoal, nossa exigência é sempre
100 %, nunca menos! Exigimos
que o nosso dentista obture o dente
certo - imagine se ele tratasse o
canal errado, uma em cada dez
vezes? E que diríamos de alguém
que botasse um sapato azul e outro
marrom 5% das vezes? Ou que
voltasse para casa, após o trabalho,
enganado-se de endereço duas
vezes em cada cinco meses?
(Não mais de 2% de enganos; faça
as contas).

A exigência de que tudo seja 100%
deveria valer também na vida da
escola. No entanto, quando chega
a vez dela, parece que nossos
padrões ficam mais elásticos.

Desde a parte legal - os conceitos:
quem tem S (satisfatório) como
conceito, está promovido.
Frequência: se o aluno faltar até
25% das aulas também não terá
problemas quanto à promoção.

Se a sala de aula não está muito limpa [...], tudo bem. Vamos dar aula assim mesmo.

Se o professor falta demais, e o aluno perde conteúdo, também não tem importância.

Se uma classe tem 20% de retenção, é considerada boa. (Em 40 alunos 20% são apenas 8 alunos).

Se numa avaliação, a classe inteira “rodou”, dizemos: “Este professor é exigente, com ele ninguém brinca”.

Ele exige 100% apenas dos alunos, nunca dele mesmo.

O oposto também acontece. O professor facilita a obtenção de conceitos e todos são promovidos. A aprendizagem real, não importa muito.

Se preenchermos um documento errado, não tem importância, passamos o “branquinho” e pronto. O visual não ficou muito bom, mas passa.

Se programarmos uma reunião para uma determinada hora e começamos uma hora depois porque as pessoas não chegam a tempo [...] tudo bem.

Se preparo uma atividade para os alunos e, ao tirar cópias, algumas saem defeituosas por conta do aparelho de “xerox”, também não importa. Os alunos fazem um esforço e lêem.

E assim vai, em nome da falta de compromisso profissional, abrimos uma concessão aqui, outra ali e temos tudo funcionando mais ou menos. Uma escola, uma

cidade, um Estado, um País [...] tudo mais ou menos.

É aqui que iniciamos nossas observações: há profissionais cujo erro acarreta prejuízo material, há outros, apenas a perda de tempo e dinheiro. No entanto, há muitos que lidam com pessoas cujo erro provoca, muitas vezes, prejuízos irreversíveis, como o caso de médicos, psicólogos e, claro, professores. Um erro apenas, na educação de uma criança, pode provocar nela consequências irreparáveis e prejudicá-la por toda a vida. Não é uma peça ou um objeto que, sucateado e/ou reciclado, às vezes até dá lucro. A escola não pode, simplesmente, devolver a criança para a família e dizer: “Este seu filho não deu certo, faça outro e vamos ver se acertamos da próxima vez”. As “febens” já estão cheias desses que “não dão certo” na escola! Nesta, o “mais ou menos” é inconcebível, porque não é ético, nem moral, nem legal e nem uma atitude compatível com o trabalho de magistério, pois é simplesmente um crime lesa-pedagogia e lesa-humanidade.

Queremos aqui é alertar para esta grande responsabilidade da escola e de todos seus profissionais. É claro que abordamos, no início, apenas os pontos fracos de alguns professores, pois temos certeza de que a grande maioria dos nossos profissionais não se enquadra nos tipos e caricaturas acima apresentados. Mas, pelo sim pelo não, é sempre

conveniente fazer uma reflexão para uma vida profissional de magistério mais ética, moral e competente.

O que se segue não é, evidentemente, de nenhuma tábua mística, religiosa, esotérica e nem veio dos céus. Também, não é exclusivo de nenhuma profissão, instituição ou empresa, porque pelo ecletismo das propostas elas se adaptam a qualquer uma, em especial para o objetivo deste texto, uma vez que o profissional da educação precisa ser tudo o que segue abaixo e mais um pouco, porque trabalha na formação de seres humanos, na maioria das vezes com pessoas ainda imaturas e carentes de bons exemplos. Sabemos que “os exemplos valem mais que mil palavras”, ou “um grama de exemplos vale mais que uma tonelada de palavras”, como nos ensinam algumas máximas correntes no magistério:

- 1.º Seja honesto em qualquer situação;
- 2.º Nunca faça algo que você não possa assumir em público;
- 3.º Seja humilde, tolerante e flexível. Muitas idéias aparentemente absurdas podem ser a solução para um problema. Para descobrir isso, é preciso trabalhar em equipe, ouvindo as pessoas e avaliando a situação sem julgamentos

precipitados ou baseados em suposições;

4.º Seja ético, o que significa, muitas vezes, perder dinheiro, “status” e benefícios;

5.º Seja pontual; a pontualidade vale ouro. Se você sempre se atrasar, será considerado indigno de confiança e pode perder boas oportunidades de negócios, nas promoções, etc.;

6.º Evite criticar os colegas de trabalho ou culpar um subordinado pelas costas. Se tiver de corrigir ou repreender alguém, faça-o em particular, cara a cara;

7.º Respeite a privacidade do vizinho. É proibido mexer na mesa, nos pertences e documentos de trabalho dos colegas e do chefe. Também devolva tudo o que pedir emprestado rapidamente e agradeça a gentileza, de preferência, com um bilhete;

8.º Ofereça apoio aos colegas. Se souber que alguém está passando por dificuldades, espere que ele mencione o assunto e ouça-o com atenção;

9.º Faça o que disse e prometeu. Quebrar promessas, nesse caso, é imperdoável;

10.º Aja de acordo com seus princípios e assuma suas decisões, mesmo que isso implique ficar contra a maioria.

5 - O professor competente

Não existe um único método que tenha dado o mesmo resultado com todos os alunos [...] O ensino torna-se mais eficaz quando o professor conhece a natureza das diferenças entre seus alunos.

Wilbert J. MacKeachie

Considerações preliminares

O termo competência é, de acordo com os dicionários, polissêmico, isto é, ele pode ter vários significados:

Pode ser uma capacidade para analisar, apreciar e julgar questões, portanto, ligado à autoridade legal ou estatutária ou ao poder de decidir tendo em vista sua investidura num cargo ou função pública ou privada. Por exemplo: a competência do juiz ao julgar e decidir uma lide; a de um diretor de escola, ao decidir sobre uma questão administrativa, como uma penalidade a ser aplicada a um aluno faltoso;

Um outro sentido é a capacidade de saber e de fazer alguma coisa, portanto, ligado à habilidade, à aptidão, e, também, expressar um juízo de valor sobre alguma coisa na qual é versado. É o caso de peritos, juristas, artistas, atletas, professores.

Para nosso objetivo, a competência está mais vinculada à autoridade de conhecimento, isto é, à pessoa que tem domínio num determinado ramo do saber, do fazer e, no caso específico do professor, de ensinar bem com ética e moral. É preciso que qualquer profissional tenha, óbvio, conhecimentos sobre seu ofício, mas é muito mais importante que ele saiba, com competência, mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em ação.

Conforme nos propõe um excelente documento oficial do Conselho Nacional de Educação (2001), o Parecer CNE/CP nº. 009/2001, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso e licenciatura, de graduação plena, a competência do profissional da educação se traduz, também, em

Atuar com profissionalismo exige do professor, não só o domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, mas, também, compreensão das questões envolvidas em seu trabalho, sua identificação e resolução, autonomia para tomar decisões, responsabilidade pelas opções feitas. Requer ainda, que o professor saiba avaliar criticamente a própria atuação e o contexto em que atua e que saiba, também, interagir cooperativamente com a comunidade profissional a que pertence e com a sociedade.

O documento oficial, acima citado, propõe também uma série de competências que deverão ser desenvolvidas na formação do profissional da educação, abaixo resumidas:

Competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática e pautadas por princípios da ética: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo, solidariedade, usando valores democráticos e pressupostos epistemológicos coerentes nas escolhas e decisões metodológicas. Ainda, respeitando as diferenças individuais de seus alunos, detectando e combatendo quaisquer formas de discriminação e exercendo o magistério com dignidade, qualidade e profissionalismo;

Competências referentes à compreensão do papel social da escola: percebendo e trabalhando a integração escola/comunidade, utilizando seus recursos econômicos, políticos, culturais e sociais; ajudando na gestão democrática da escola; trabalhando os temas atuais e, especialmente, estabelecendo relações e parcerias com as famílias de seus alunos;

Competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar:

conhecendo e dominando os conteúdos básicos da(s) disciplina(s) que trabalha, propondo a integração com outras da organização curricular; compartilhando seus conhecimentos com colegas, falando bem e usando as tecnologias educacionais;

Competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico: planejando bem suas aulas, administrando bem o tempo de aula e, acima de tudo, sendo didático e bom gestor de sua classe;

Competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica: sendo curioso e pesquisador dos fatos que ocorrem na sala de aula; sendo atualizado quanto ao conteúdo de sua área e das novas práticas docentes e estando a par das recentes pesquisas científicas para o aprimoramento de tais práticas pedagógicas;

Competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional: estando informado por diferentes fontes e veículos; atualizado em leituras gerais e específicas; sabendo elaborar e implementar projetos pessoais para o aperfeiçoamento de seu trabalho; conhecendo a organização, a gestão e o financiamento dos sistemas de ensino, sobre a legislação

e as políticas públicas referentes à educação para saber trabalhar como profissional analítico, crítico e reflexivo.

Para desempenhar seu magistério com competência é necessário que o profissional da educação tenha um conjunto de conhecimentos:

- Cultura geral e profissional;
- Conhecimento sobre crianças, jovens e adultos
- Conhecimento sobre a dimensão cultural, social e econômica da educação;
- Conhecimento dos conteúdos das áreas que são objeto de ensino;
- Conhecimento pedagógico;
- Conhecimento advindo da experiência.

Franco (1999, p. 3), num pequeno texto sobre a ética pedagógica, foi muito feliz ao escrever:

Considerar a urgência da construção de uma nova condição de vida a todos encaminha-nos a pensar na consolidação de um projeto ético para a educação. Aliás, esta preocupação deverá compor a “utopia mínima” do pedagogo contemporâneo. O projeto ético da educação tem nessa “utopia mínima” sua essência e para ser concretizado deverá pressupor, como ponto de partida, uma série de princípios, indiscutíveis, fundamentais,

universais e necessários para ingressar ações e mobilizar a sociedade em torno de uma pauta mínima para nortear a sociedade na conquista, implementação e salvaguarda dos princípios ético-educacionais.

No relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, mais conhecido, entre nós como Relatório Delors (DELORS, 1999) encontramos que todo trabalho docente deve-se apoiar em quatro *pilares básicos*, isto é, o professor competente deve conduzir seu aluno aos seguintes tipos de aprendizagens, muito bem sintetizados por Franco (1999, p. 4, grifo nosso):

Aprender a conhecer:

significando, antes de mais nada, a conquista de um método cognitivo que permite ao sujeito ter acesso significativo aos imensos saberes disponibilizados pelo progresso científico, conciliando uma cultura geral vasta com as possibilidades de aprofundamento em um reduzido número de assuntos. O relatório considera esta competência como “o passaporte para a educação permanente”, na medida em que produz o gosto e a base para as aprendizagens da vida toda.

Aprender a fazer: Realça o relatório que, para além da

aprendizagem de uma profissão, há que constituir uma competência mais ampla que dote o indivíduo de possibilidades criativas que lhes permitam enfrentar situações imprevisíveis de um mundo em constantes e rápidas mutações.

Aprender a viver junto: Talvez esta seja a competência mais realçada no relatório e refere-se, inicialmente, ao respeito às normas éticas da convivência, desenvolvendo a habilidade de perceber e conhecer o outro, criando um novo espírito de coletivo, sabendo conviver produtivamente e dando aos conflitos uma “gestão apaziguadora e inteligente”.

Aprender a ser: implica no desenvolvimento da consciência, da responsabilidade social, da autonomia e do discernimento na construção de projetos inclusivos, emancipatórios. Realça o La gestión universitaria

Saber avaliar criticamente os conteúdos de sua disciplina, área de estudo ou atividade, sua metodologia, seus materiais didático-pedagógicos e seus processos de avaliação do desempenho do aluno, de seu plano de ensino e de seu magistério;

Estimular a liberdade para que seu aluno possa aprender a pensar, a decidir, a falar, a escrever, a agir e a

fazer, lembrando sempre que a liberdade gera responsabilidade para com as próprias pessoas e para com os outros.

6 - Perfil do professor competente

Área do Currículo:

Conhecimento do conteúdo: é fundamental, pois sabemos que o importante para ensinar é saber. “Ninguém ensina o que não sabe” ou “Ninguém dá o que não tem”, são bordões conhecidos no meio escolar. Paulo Freire, em suas palestras e aulas, especialmente na PUC - SP, na década de 1980, dizia: “A primeira condição para ensinar é saber”;

Familiaridade com o escopo e seqüência das atividades, áreas de estudo e disciplinas: questão da integração horizontal e vertical do currículo escolar como início da visão interdisciplinar e, mesmo, transdisciplinar. A horizontal é o relacionamento das atividades, áreas de estudo e disciplinas para possibilitar conexões, evitar paralelismo, aplainar contradições aparentes e reais e estabelecer coerência aos estudos realizados em cada nível. A vertical é a seqüência lógica das atividades, áreas de estudo e disciplinas, visando à aprendizagem eficaz;

Visão global do currículo e dos princípios de sua organização: é um

complemento da anterior nos alertando para que o professor de um componente curricular não fique isolado no seu “mundinho”, ignorando o que se passa com as outras disciplinas. Registre-se aqui a importância de todo professor participar da elaboração e implementação da Proposta Pedagógica da escola;

Visão integrada e dinâmica do currículo, em relação à realidade: tudo o que vai ser ensinado deve corresponder a uma expectativa de aplicação prática e que corresponda a algo que possa ser real. Ao ser questionado por alunos ou pais de alunos sobre o porquê do conteúdo desenvolvido não sair com evasivas tipo: “mais tarde você vai saber a importância do que estou ensinando”, ou “a aplicação disto você só vai saber quando fizer a faculdade ou estiver trabalhando”;

Perspectiva interdisciplinar: o processo ensino-aprendizagem não se constrói com a eficácia desejada se nosso olhar for fragmentado e se pensarmos que a cabeça de nosso aluno é um conjunto de “gavetas”, uma para cada disciplina. O sistema disciplinar, ainda muito usado no Brasil, está ultrapassado e tende a desaparecer com o surgimento das novas teorias de aprendizagem numa visão interdisciplinar;

Área pedagógica

Habilidade de realizar planejamento pedagógico: ter bem claro os objetivos

a serem atingidos no desenvolvimento dos conteúdos, com estratégia adequada e uma avaliação coerente com o que se propôs a realizar. Planeje bem suas aulas e as desenvolva com competência;

Habilidade de usar uma variedade de estratégias pedagógicas: saber alternar os vários procedimentos, adequando-os ao tipo de ensino que se quer realizar. Há nos bons livros de didática sugestões de metodologias que irão ajudar o professor saber variar sua maneira de trabalhar conteúdos;

Habilidade de combinar técnicas pedagógicas com o estilo de aprendizagem do aluno: respeitar as diferenças individuais e os ritmos de aprendizagem de cada aluno. O bom professor percebe essa necessidade e trata de conhecer bem seus alunos, assim como as possibilidades de cada um;

Habilidade de utilizar uma variedade de técnicas de avaliação dos alunos: um só tipo de avaliação pode nos induzir a erros que podem comprometer o futuro de algum aluno. Vale o seguinte pensamento de Renné Fuller (sem fonte): “Se insistirmos em olhar para o arco-íris da inteligência por um único filtro, muitas mentes serão julgadas injustamente como destituídas de luz”.

Área de gestão de sala de aula e relacionamento interpessoal

Habilidade de desenvolver e manter a disciplina em sala de aula:

disciplina aqui entendida como a participação e o envolvimento de todos os alunos nas atividades escolares previamente planejadas pelo professor;

Habilidade de dar *feedback* construtivo:

a retroalimentação é importante na medida em que o professor acompanha passo a passo a aprendizagem de seus alunos e, quando necessário, reavalia metas, conteúdos e metodologias;

Habilidade de motivar os alunos e mobilizar sua atenção:

um aspecto importante do processo ensino-aprendizagem é os alunos quererem aprender de fato, isto é, terem vontade e desejo, mesmo, de adquirir conhecimentos;

Habilidade de diagnosticar necessidades de aprendizagem e propor soluções:

não é tarefa das mais fáceis. Muitas vezes até conseguimos detectar os problemas, mas encontrar a solução adequada é a maior dificuldade;

Habilidade de identificar estilos de aprendizagem e orientar adequadamente:

já foi dito acima

que as diferenças individuais devem ser respeitadas, pois cada aluno tem mais facilidade de aprender à sua maneira. Descobrir isto é papel do professor para solucionar as dificuldades de cada um de seus alunos;

Habilidade de manejar tensão e conflito e vencer obstáculos:

sabemos que todo grupo social democrático gera, naturalmente, tensão e conflito. A sala de aula deve ser um ambiente essencialmente democrático para que a aprendizagem seja eficaz, cabendo ao professor saber trabalhar nesse ambiente e solucionar os problemas que surgem a todo o momento;

Habilidade de compreender o ponto de vista do aluno e a dinâmica de grupo de sua turma:

é uma tarefa um pouco complicada e mesmo difícil de ser realizada. Herdamos e conservamos um vício da escola tradicional, fruto da tal pedagogia “castradora”: nosso aluno não deve ter ponto de vista e, muito menos, pensar;

Habilidade de fazer demonstrações criativas de conceitos a serem aprendidos:

trata-se da possibilidade que a didática moderna oferece aos professores de variar constantemente de técnicas e processos de ensino ao introduzir conceitos de difícil compreensão dada a sua natureza de novidade ou complexidade. A criatividade deve ser sempre usada nas aulas.

Área escolar

Habilidade de trabalhar em equipe: se os próprios professores sentem a dificuldade de trabalhar em equipe com seus pares, imagine se vão conseguir trabalhar e fazer seus alunos trabalhar em equipe, pois o trabalho solitário é, aparentemente, mais fácil de ser administrado;

Habilidade de perceber a relação entre o trabalho de sua turma com o contexto da escola: a visão de conjunto e a percepção de que a classe é apenas um elemento inserido na escola e que ambas são sub-sistemas que pertencem ao sistema maior e que todos devem se interagir harmonicamente para alcançar os objetivos específicos e gerais;

Habilidade de escutar e compreender o ponto de vista de colegas e pais: a importância de se ter na escola uma boa e eficiente interação escola-comunidade. O trabalho em equipe com os colegas e a participação ativa dos pais favorecem, em muito, a melhoria das condições propiciadoras de bom ensino e aprendizagem mais eficaz.

7 - A didática e a competência do professor

Uma das constatações menos edificantes para o processo ensino-aprendizagem é que a grande maioria

dos professores, especialmente aqueles que trabalham com componentes curriculares específicos, notadamente na educação superior, não conhece seus alunos. Talvez pelo excesso de alunos por sala de aula, talvez pela jornada de trabalho do professor ou, ainda, por ter de trabalhar em duas, três e mais escolas, o já conhecido *teacher taxi*: roda a semana inteira de uma escola para outra, localizadas, quase sempre, em bairros ou cidades distantes.

Para esses professores o corpo discente é apenas “uma massa homogênea e indiferenciada”, na expressão de Díaz Bordenave e Pereira (1986, p. 59). Um grande número de instituições particulares de educação superior mantém uma média de 80 e até mais de 100 alunos por classe.

É evidente que qualquer trabalho didático-pedagógico sério fica um pouco prejudicado, pois os professores vêem apenas números em sua frente e não pessoas. A adequação de métodos pedagógicos respeitando as individualidades fica totalmente comprometida e ineficaz. Neste caso o professor torna-se um “palanqueiro” e retórico, com discursos, muitas vezes vazios, abusando dos recursos audiovisuais e da moderna tecnologia, tentando cumprir o seu papel de transmissor de informações que dificilmente se transformarão em conhecimentos. Não é incomum,

neste tipo de aula, o aluno aproveitar a penumbra da sala de aula para um cochilo ou para um devaneio, não vendo a hora da sessão de “tortura” terminar e ir para casa ou ao encontro da “turma” no barzinho de costume.

MacKeachie (apud DÍAZ BORDENAVE; PEREIRA, 1986, p. 59), diz o seguinte:

O ensino torna-se mais eficaz quando o professor conhece a natureza das diferenças entre seus alunos. Numa experiência em que se deu, aos professores de Física, informação adicional sobre os antecedentes pessoais dos seus alunos, estes obtiveram um avanço notável no seu aproveitamento, e consideraram seus professores mais eficazes nas aulas experimentais em que os professores estavam bem informados.

É claro que tudo isso passa, necessariamente, pela competência do professor em saber estabelecer uma boa relação com o aluno. A maioria das pesquisas sobre o tema descreve a percepção de bom professor por parte de alunos do ensino médio e superior. A idéia do bom professor aponta, quase sempre, para aquele que, além de conhecer bem sua disciplina, portanto, tem domínio pleno de seu conteúdo e habilidades para organizar suas aulas, sabe manter relações positivas com a classe.

Na relação professor/aluno deve-se preocupar sempre com a possibilidade de criação de um clima facilitador da aprendizagem. Rogers (1972, p. 115), a propósito, faz o seguinte comentário:

Quando um facilitador cria, mesmo em grau modesto, um clima de sala de aula caracterizado por tudo que pode empreender de autenticidade, apreço e empatia; quando confia na tendência construtora do indivíduo e do grupo; descobre, então, que inaugurou uma revolução educacional. Ocorre uma aprendizagem de qualidade diferente, um processo de ritmo diverso, com maior grau de penetração. Sentimentos positivos, negativos, difusos, tornam-se uma parte de experiência de sala de aula. Aprendizagem transforma-se em vida, vida existencial. Dessa forma, o aluno, com entusiasmo, às vezes, relutantemente em outros casos, comporta-se como alguém que está passando por uma aprendizagem, por certa mudança.

Perrenoud (2000), sociólogo suíço e um dos autores mais citados atualmente no Brasil, dá uma excelente contribuição ao tema ao oferecer seu quadro de competências tidas como importantes para a formação do professor, não só na formação inicial nas universidades, mas também e principalmente na formação contínua e

em serviço. Para este autor, com referência ao aluno é sua aprendizagem:

Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar uma série de situações [...]. Localizar-se numa cidade desconhecida, por exemplo, mobiliza as capacidades de ler um mapa, pedir informações; mais os saberes de referências geográficas e de escala.

No seu livro “10 novas competências para ensinar” (PERRENOUD, 2000), relaciona as competências indispensáveis que o professor precisa ter para saber ensinar bem:

Organizar e dirigir situações de aprendizagem;
Administrar a progressão das aprendizagens;
Conhecer e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação;
Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho;
Trabalhar em equipe;
Participar da administração da escola;
Informar e envolver os pais;
Utilizar novas tecnologias;
Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;
Administrar a própria formação.

Podemos dizer que as competências propostas por Perrenoud (2000) devem ser entendidas em quatro dimensões:

1. ^a Dimensão técnica - saber lidar com os conteúdos de sua disciplina;
2. ^a Dimensão política - a formação da cidadania e construção da sociedade;
3. ^a Dimensão estética - com enfoque na sensibilidade e na beleza;
4. ^a Dimensão ética - orientadora da educação baseando-se em princípios sadios, morais, elegantes e justos.

Outro autor, também bastante citado modernamente, é o colombiano Bernardo Toro (2002), ao propor as sete competências consideradas necessárias para serem desenvolvidas nas crianças. Nos seus Códigos da Modernidade nos induz a refletir na importância do professor ter a competência maior de ensinar seu aluno:

A dominar a leitura e a escrita;
A ter a capacidade de fazer cálculos e resolver problemas;
A ter a capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações;
A ter a capacidade de compreender e atuar em seu entorno social;
A receber criticamente informações dos meios de comunicação;
A ter a capacidade de localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada;
A ter a capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.

Para esse autor, a competência dos profissionais da educação refere-se ao conjunto de características que o educador, sintonizado com as questões de seu tempo/espço, possa a vir a reunir para o desempenho de sua ação pedagógica. Além de ter conhecimento técnico, é importante que o profissional agregue atitudes pessoais de respeito, aceite o compartilhamento e a participação no trabalho coletivo e, também, a crítica e a revisão de suas ações e seus conceitos, de coerência e retidão frente aos valores defendidos. Tudo isso, é claro, aliado a uma consciência crítica dele sobre a realidade na qual se insere sua prática educacional.

Do seleto grupo de grandes autores modernos, um dos mais conhecidos e brilhantes, por suas teses sobre a formação do professor, é o mestre português António Nóvoa, da Universidade de Lisboa. Dentre seus excelentes livros destacamos dois: “Profissão professor” (1991) e “Vidas de professores” (1995), nos quais ele expõe suas idéias a respeito dos profissionais da educação e propõe que o maior desafio deles é manterem-se atualizados para conhecer e usar as novas metodologias de ensino para poder praticar pedagogias eficientes e adequadas à modernidade.

O professor José Carlos Libâneo, ao fazer suas palestras em Seminários e Congressos, nos chama a atenção sobre as competências dos profissionais da educação que deverão ser pensadas na

elaboração do currículo dos cursos de formação de professores. O transcrita abaixo é a síntese de uma de suas inúmeras palestras que nos foram enviadas via Internet sem outros informes de local e data:

Conhecimento sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos nos aspectos cognitivos, afetivos, corporais, socioculturais, éticos, estéticos, considerados em contextos específicos de sua experiência pessoal, familiar e social;

Conhecimento para planejar, organizar, reavaliar e avaliar situações didáticas (teoria do conhecimento e concepções de ensino e aprendizagem, processos e procedimentos didáticos e comunicacionais, currículo e seleção de conteúdos, planos de ensino e estratégias de aprendizagem, didáticas das disciplinas específicas, teoria e procedimentos de planejamento e avaliação);

Conhecimento sobre o sistema educacional e a organização das instituições educativas, considerando as interfaces com o sistema social (legislação, estrutura organizacional do sistema e das escolas, análise institucional da escola);

Conhecimentos sobre aspectos socioeconômicos, políticos, socioculturais e filosóficos que envolvem a prática educativa, implicados

na aprendizagem, no currículo, na organização escolar, no trabalho com grupos sociais específico e teoria da educação;

Conhecimentos geral e profissional, questões sociais, culturais, estéticas que envolvem a prática educativa (solidariedade, diversidade e pluralidade política, literatura, cinema, arte popular e erudita, desenvolvimento do senso estético, vivências culturais como participação em exposições, cineclubes, teatro e outras formas de manifestação cultural);

Conhecimentos das práticas docentes-discentes correntes na escola e formas de intervenção profissional (competência de investigação-ação de situações didáticas e organizacionais, cotejando com a teoria, conhecimento e análise de situações pedagógicas).

Devemos lembrar sempre que os saberes específicos das áreas do conhecimento já não definem a competência exigida dos educadores na atualidade. É preciso muito mais e é importante ter outras capacidades, tais como:

- Capacidade de lidar com o aluno e saber trabalhar a informação que chega a ele por variadas formas e diferentes veículos de comunicação;

- Capacidade de responder às expectativas inerentes a uma nova abordagem do currículo, na seleção, no tratamento conceitual e interdisciplinar dos conteúdos e na metodologia adotada.

Tudo isso pode ser resumido como fez Alarcão (2003, p. 21), com muita propriedade:

[...] a competência profissional implica um conhecimento situado na ação, holístico, criativo, pessoal, construído, um conhecimento que depende, entre outras coisas, da capacidade do profissional para apreciar o valor das suas decisões e as consequências que delas decorrerem.

Para essa tarefa de formar profissionais da educação competentes, todos estão convocados. É necessário, também, convencer toda a sociedade em geral e, em especial, os dirigentes governamentais, que a educação levada a sério é um investimento seguro, com ótimo retorno conforme exemplos modernos do Japão e da Coreia do Sul, dentre dezenas de outros países.

8 - Algumas considerações pertinentes

A ética não aponta para um professor bonzinho, mas para um bom professor.

Terezinha Rios

Nossa proposta é de que cada escola, envolvendo toda comunidade interna e externa, faça seu Código de Ética. De maneira genérica podemos entender código como um conjunto de idéias de um grupo de pessoas, profissionais ou não, sobre o modo adequado de se comportarem em determinados lugares, públicos ou privados. O Direito prevê como “qualquer conjunto de disposições de regulamentos legais aplicáveis em diversos tipos de atividades”, como o Código Civil, o Penal, etc.

Um Código de Ética de uma escola deve ser entendido aqui como um documento que a instituição educacional adota com a finalidade de estabelecer um padrão de conduta dos seus profissionais da educação. O Instituto Ethos (2000, p. 13) assim se posiciona:

Código de ética ou de compromisso social é um instrumento de realização da visão e da missão da empresa, que orienta suas ações e explica sua postura social a todos com quem mantém relações.

É preciso considerar alguns pontos para reflexão dos profissionais da

educação na elaboração de seu código de ética. Este, evidentemente, por si só, não faz ninguém ético, mas chama a atenção para a importância social do seu cumprimento. Ele pode não afetar a pessoa do ponto de vista de sua visão, mas cada pessoa sabe que o não cumprimento acarreta uma punição. O importante é cumprir o código, aceitando-o, acreditando nele, reconhecendo-o como um instrumento válido para a melhoria da instituição e do bem-estar de todas as pessoas que nela trabalham.

Por isso, o código deve ser útil, sério e legítimo para que aqueles que o cumprem não se sintam otários ou tolos, mas felizes pelo prazer de cumpri-lo. É importante que o profissional da educação tenha consciência clara de que cada ato seu é gerador da história, pois tem suas consequências e, por isso, é preciso que ele saiba o que está fazendo e o que vai gerar deste seu fazer, isto é, que consequências históricas advirão de seus atos para si, para seus semelhantes, para a instituição e para a sociedade.

Referências bibliográficas

ALARCÃO, I. *Professores reflexivos numa escola reflexiva*. São Paulo: Cortez, 2003.

ÁVILA, F. B. *Folhas de outono: ética e valores*. São Paulo: Loyola, 2001.

BRASIL. Congresso. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CODINA, G. D. A questão da ensinabilidade das virtudes na formação do educador: uma problematização. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, 8., 1999, São Paulo; ENCONTRO DE PEDAGOGIA MACKENZIE, 4., 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 1999. p. 8-9.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica. Resolução nº.3, de 8 de outubro de 1997. Fixa diretrizes para os novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Resoluções*, Brasília, DF, 1997. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/index>. >. Acesso em: 11 abr. 2005.

_____. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº. 9, de 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior. *Pareceres*, Brasília, DF, 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/index>. >. Acesso em: 11 abr. 2005.

DELORS, J. (Coord.). *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.

DÍAZ BORDENAVE, J.; PEREIRA, A. M. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 314 p.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

FRANCO, M. A. R. S. Refletindo sobre a ética pedagógica. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, 8., 1999, São Paulo; ENCONTRO DE PEDAGOGIA MACKENZIE, 4., 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 1999. p. 4-5.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: Inst. Antonio Houaiss de Lexicografia, 2001.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL.

Formulação e implantação de código de ética em empresas: reflexões e sugestões. São Paulo: Ethos, 2000.

KANT, I. Transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico. In: _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes.* São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro.* 24. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: _____. (Coord.). *Formação de professores e profissão docente.* Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, A. et al. *Profissão professor.* Porto: Porto Ed., 1991. (Ciências da educação; 3).

NÓVOA, A. et al. (Coord.). *Vidas de professores.* Lisboa: Porto, 1995.

PERRENOUD, P. *10 novas competências para ensinar.* Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. *Prática pedagógica, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas.* Lisboa: Dom Quixote, 1997.

RIOS, T. A. *Ética e competência.* 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROGERS, C. R. *Liberdade para aprender.* 2. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1972.

SANTOS, C. R. *O gestor educacional de uma escola em mudança.* São Paulo: Thomson: Pioneira, 2002.

_____. *Educação escolar brasileira: legislação, estrutura e administração.* 2. Ed. São Paulo: Thomson: Pioneira, 2003.

_____. *Baú mágico pedagógico.* 2. ed. São Paulo: Páginas e Letras, 2001.

_____. *Ética, moral e competências dos profissionais da educação.* São Paulo: Avercamp, 2004.

TELLES JR., G. S. *Introdução à ciência do direito.* São Paulo: Centro Acadêmico XI de Agosto, Faculdade de Direito, USP, 1953. Mimeografado.

TORO, B. Precisamos de cidadãos do mundo. *Nova Escola*, São Paulo, n. 149, jan./fev. 2002. Fala Mestre. Disponível em:

<<http://novaescola.abril.uol.br>>. Acesso em: 11 abr. 2005.

Recebido em: 05/07/2004

Aprovado para publicação em: 27/02/2005